Teorias da História II

Francisco José Alves

São Cristóvão/SE
2010

Sumário

AULA 1
A historiografia segundo Keith Jenkins 15

AULA 2
A historiografia segundo Hayden White (1928 -)............................. 23

AULA 3
A historiografia segundo Michel Foucault (1926-1984) 31

AULA 4
A historiografia segundo Roger Chartier (1945-) 43

AULA 5
A historiografia segundo Giovanni Levi (1939-)................................ 51

AULA 6
A historiografia segundo Eric Hobsbawm(1917-) 59

AULA 7
A historiografia segundo Lucien Febvre (1878-1956) 67

AULA 8
A historiografia segundo Leopold von Ranke (1795-1886) 75

AULA 9
A historiografia segundo Karl Marx (1818-1883)............................... 83

AULA 10
A historiografia segundo R. G. Collingwood (1889-1943) 91

APRESENTAÇÃO

OS PARADIGMAS HISTORIOGRÁFICOS OU AS LENTES DO HISTORIADOR

A NOÇÃO DE PARADIGMA EM HISTÓRIA

Podemos pensar a história da historiografia como uma sucessão de paradigmas científicos a partir dos quais é escrita a história. Os paradigmas historiográficos comportam elementos científicos, filosóficos e políticos. São as lentes através das quais o historiador lê o passado. O pesquisador nunca enxerga o passado tal qual acontecido, mas em conformidade com as lentes utilizadas. Mudam-se as lentes, muda-se o perfil do passado focalizado: a cor, o formato, o odor das outras épocas. Um filósofo italiano, Benedetto Croce (1866-1952), chegou a afirmar que toda história é história contemporânea. Com isso, ele quis dizer que os paradigmas são fatores decisivos na historiografia. Sempre o presente domina o passado, os vivos dominam os mortos.

A noção de paradigma científico aqui evocada foi formulada pelo epistemólogo Thomas S. Kuhn (1922 - 1996) na obra A estrutura das revoluções científicas, publicada em 1962. Nessa obra, o autor formula um modelo para o desenvolvimento da ciência. Como se desenvolve o pensamento científico? Como se sucedem as teorias ao longo do tempo?

Para Kuhn, o devir da ciência é uma sucessão de paradigmas científicos. Um paradigma comporta um conjunto de facetas ou dimensões. É uma espécie de modelo mental que norteia um campo científico num determinado momento ou fase do seu desenvolvimento. Um paradigma científico possui dimensões teóricas e práticas. Basicamente, ele diz o que pesquisar e como pesquisar. Kuhn destaca o paradigma como sendo um conjunto de crenças sobre a realidade: conceitos, teorias, leis etc. No plano prático, um paradigma comporta metodologias e instrumentos. É o norte teórico e prático de uma ciência. Para o autor, fazer ciência é embeber-se de determinado paradigma. É olhar e manipular a realidade usando tal lente. Aprender uma ciência é converter o olhar, é domesticar a mente e a sensibilidade.

O PARADIGMA COMO OPÇÃO

Um microscópio não funciona como um telescópio. Do mesmo modo, um historicista não vê o mundo da mesma forma que um positivista. O passado se transfigura consoante as lentes usadas. Um usuário de lentes escuras não vê a realidade circundante como um

usuário de lentes transparentes. Tudo é uma questão de lentes. Ao final deste curso você poderá escolher o paradigma que mais lhe agradar. Questão de gosto, e não de verdade, ou de moral. Há pessoas que gostam de ver o mundo colorido, outras em preto e branco. Ideologia científica ou política tem a ver com o modo de o sujeito situar-se no mundo. Por outro lado, a ciência não pode dizer como devemos viver ou se vale a pena a vida. Isso temos que decidir por iniciativa própria, por nossa conta e risco. Os paradigmas históricos são opções epistemológicas e existenciais. É conveniente conhecer para depois optar, escolher, eleger com consciência lúcida. Chegou a época da maioridade moral: ninguém pode escolher por você, ser seu tutor, seu guia.

Digamos que eu opte por escrever a história de Sergipe adotando o paradigma marxista. Em decorrência dessa escolha epistemológica e ideológica, serei obrigado a pôr no cenário da minha narrativa as "condições materiais da existência", os conflitos entre as classes, a famosa "luta de classes". Assim, a opção implica um certo modo de ver e escrever a história. Se adoto, por exemplo, um outro paradigma como o historicismo, automaticamente vejo-me forçado a encarar a história de Sergipe sob outros aspectos, ou seja, o homem cultural fica em lugar do homem artífice ou produtor. Paga-se o preço da escolha, da opção efetuada.

PARADIGMA COMO LIMITE E POSSIBILIDADE

Cada paradigma possibilita algumas coisas e interdita outras...

Ao escolher vejo alguns aspectos, mas fico cego para outros. Não dá para ver tudo como nos filmes pornográficos. O que pode ser feito é experimentar lentes diversas, sucessivamente, para cada momento ou objeto. O paradigma concebido como lente adotada é tão decisivo que o fundador da linguística moderna, Ferdinand de Saussure (1857-1913), escreveu: "O ponto de vista cria o objeto". Desse modo, uma casa é algo muito distinto para o morador e para o engenheiro civil. Para o primeiro, ela é o lar, o ninho familiar, o signo de que "venceu na vida". Já para o engenheiro, a casa é mera construção que materializa um conjunto de cálculos matemáticos. O objeto varia consonante com a visão, o ponto de vista ou o ângulo de visada. Do mesmo modo, a hóstia consagrada: para os católicos, é o corpo e o sangue de Jesus Cristo. Para um ateu, é mero pedaço de farinha de trigo... Uma bolachinha insossa.

O paradigma é uma condição de possibilidade da escrita histórica. Ele oferece ao historiador temáticas, metodologias, modelos narrativos e teorias explicativas, ou seja, todos os elementos constituintes básicos da historiografia. Tomemos, por exemplo, o chamado

paradigma fisicalista. Esse paradigma fornece àquele que o adota a temática das raças e do meio como agentes históricos, o método das ciências naturais, um modelo narrativo (a dissecação científica) e a teoria explicativa (o mesologismo ou o racismo científico). Note, o essencial da historiografia "naturalista" decorre do paradigma. Ele dá o tom, o perfil dessa corrente historiográfica. Como exemplos de tal visão, veja as obras de Sílvio Romero e de Euclides da Cunha.

Como já disse, o paradigma cega e também faz enxergar. É limite e é possibilidade. Assim, se escolho a ótica do conflito, a visão marxista, sou levado a esquecer ou minimizar a dimensão consensual, unitiva, que qualquer sociedade possui. A dimensão consensual fica numa zona de silêncio ou de escuridão epistemológica. Foi preciso esperar a emergência do paradigma analista para que o cotidiano se tornasse objeto legítimo do conhecimento histórico, tema da investigação historiográfica. Antes disso, tal objeto jazia nas sombras como um não existente.

Imagine o passado como um quarto escuro sob um holofote... Durante muito tempo a luz focou somente os grandes homens e os grandes feitos. Hoje, buscam-se outros objetos, os focos de interesse mudaram. Configuram-se outras histórias.

O PARADIGMA COMO FERRAMENTA

Não tome os paradigmas como verdades ou imposturas, mas como instrumentos úteis. As teorias são ferramentas, meios de trabalho. Não cabe perguntar a um alicate se ele é verdadeiro ou falso, justo ou injusto. A questão pertinente é: funciona?

Cada ferramenta (diga-se, paradigma) funciona em conformidade com a sua natureza. Uma pá não funciona como um alicate, um computador não funciona como um monjolo. Cada instrumento possibilita um uso em consonância com o seu feitio. Do mesmo modo, os paradigmas são ferramentas intelectuais, instrumentos do trabalho mental e técnico do pesquisador em história. Não peça de cada paradigma aquilo que ele não pode ou não se propõe a dar. Não se colhem rosas num pé de jaqueira. Não exija de uma novela global as sutilezas psicológicas da "alta literatura" de um Machado de Assis (1839-1908).

ALGUNS PARADIGMAS HISTORIOGRÁFICOS

Se você gosta de ler o mundo como sendo regido pela fria causalidade, quer dizer, por uma sucessão de causas e efeitos, com certeza gostará muito do paradigma fisicalista. É a lente certa para quem tem alergia ao aleatório, aprecia o mundo ordenado, perfeito. O fisicalismo

teve vigência no século 19, mas, até hoje, seus adeptos vão tentando adequá-lo aos tempos da atualidade. É a lente apropriada pra quem gosta do mundo em preto e branco e busca a ordem na desordem do mundo; por baixo do caos, o cosmo, a ordem. Por outro lado, se você é daqueles que pensam ou concebem o saber histórico como algo próximo da ficção literária, vai gostar de Hayden White e Michel de Certeau (1925-1996), autores que problematizam o estatuto da historiografia enfatizando a sua dimensão discursiva ou mesmo ficcional.

Se você se deleita com a dimensão simbólica da vida humana, vai apreciar os caçadores de símbolos; os sensíveis à cultura têm no paradigma analista a opção certa, as lentes feitas sob medida. A Escola dos Annales ou, mais precisamente, a terceira geração dessa escola ou paradigma, fornece um instrumental muito propício para tratar dessas questões ou dimensões. Foi essa corrente que possibilitou a emergência da mentalidade e dos costumes como objeto de investigação histórica. As lentes fisicalistas não facultam tais empreendimentos de pesquisa. Não se pesca o homem simbólico com o anzol do fisicalismo.

Já a lente historicista serve para aqueles que acreditam que a história é uma sucessão infinita de singularidades: em cada época o homem tem uma cara muito peculiar. Noutros termos, o historicismo combina com quem gosta de pensar a história como sendo um caleidoscópio de diferenças, um espetáculo que muda drasticamente a cada época. Novos atores, novos cenários, novos enredos. Mas se você acredita que, no fundo, não há nada de novo debaixo do Sol, que o homem, tirando a casca, é sempre o mesmo, você não vai se adaptar ao uso das lentes historicistas. Cada qual conforme seu gosto ou seu vício. Você acha que o homem é essencialmente um ser simbólico ou acredita que a produção material é o traço decisivo do bicho humano?

Fique claro que nas óticas, quer dizer, no repertório das teorias, há muitas possibilidades. Mencionei somente cinco teorias (óculos) levando em conta a importância delas no contexto da história da historiografia. O positivismo, por exemplo, foi uma teoria muito importante na formação da chamada história científica. Ainda hoje, a historiografia tem uma grande dívida com essa corrente teórica das Ciências Sociais. Não dá pra esquecer o papel dos positivistas na reunião e publicação de um corpus considerável de documentos históricos ao longo do século 19. O mesmo se pode dizer do marxismo. Essa corrente inaugurou um novo modo de fazer a historiografia, uma nova lente explicativa para se escrever a história: a "luta de classes", o papel da economia na condução da história.

O mesmo se pode afirmar a respeito do historicismo. Os óculos historicistas facultaram uma escrita histórica atenta aos valores que permeiam cada sociedade. Foi uma grande inovação o postulado de

que o mundo humano (histórico) reclama uma forma de entendimento especial, distinto do conhecimento da natureza. Ainda hoje, podemos encarar a historiografia como um conflito entre compreensão e explicação, ciência nomotética x ciência ideográfica. Noutros termos, uma história científica, como a Física ou a Biologia, ou um saber calcado na interpretação, como a Psicanálise ou a análise literária. Modelos distintos de se fazer a história.

KUHN, Thomas. A Estrutura das Revoluções Científicas. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1978 (Ed. original norte-americana 1962).

ALGUNS AUTORES REPRESENTATIVOS

A disciplina Teoria da história tem como meta oferecer um painel de visões sobre a historiografia produzidas nos séculos 19 e 20. Agrupei os autores em cinco paradigmas ou "escolas": Pós-Modernismo, Analismo, Marxismo, Historicismo e Positivismo. Tal classificação tem função mais didática que epistemológica. As "escolas" historiográficas são, na verdade, grandes "guarda-chuvas" que abrigam perspectivas teóricas bastante singulares. No limite, cada autor configura uma visão particular da disciplina histórica. Assim, por exemplo, sob a rubrica do marxismo, temos visões de história muito peculiares. É o caso de Louis Althusser (1918-1990) e de Antonio Gramsci (1891-1937). Ambos são considerados marxistas, mas o são de modo muito distinto.

O mesmo se pode dizer de alguns autores "etiquetados" como positivistas. Embora postos por alguns na mesma gaveta epistemológica, Tomas Buckle (1821-1862) e Leopold von Ranke (1795-1886) cultivam bem distinta concepção do fazer historiográfico. Enquanto Buckle quer submeter a historiografia ao modelo fisicalista, Ranke advoga uma historiografia de cunho ideográfico e o uso do método empático ou compreensivo.

Escolhi dez autores significativos no panorama das ideias de historiografia ao longo dos séculos 19 e 20. A seleção recaiu sobre autores canônicos na história da historiografia. Busquei a diversidade de concepções. O propósito foi fornecer um painel amplo e variado dos diversos modos de se conceber a escrita da história nos dois últimos séculos. Todavia, o elenco não esgota o painel. Foi limitado pelo tempo e ainda pela disponibilidade dos textos em língua portuguesa. Muitos teóricos da historiografia não têm sua obra em versão portuguesa. É o caso, por exemplo, dos autores ligados ao chamado historicismo. Quase nada deles foi traduzido até o momento. É uma situação lastimável, que o empenho das editoras universitárias deveria corrigir.

O elenco dos autores que será examinado durante o curso é assim constituído: Keith Jenkins; Hayden White (1928-); Michel Foucault

(1926-1984); Roger Chartier (1945-); Giovanni Levi (1939-); Eric Hobsbawm (1917-); Lucien Febvre (1878-1956); Karl Marx (1818-1883), Reginald Collingwood (1889-1943) e Leopold von Ranke (1795-1886). Convicto de que a historiografia faz-se sempre no presente, dei destaque aos autores contemporâneos ou atuais. O motivo é simples: são esses autores que norteiam a escrita histórica nos dias de hoje. São eles que constituem os paradigmas historiográficos da atualidade: os modelos imitados. A "ciência normal", nos termos de Thomas Kuhn.

Começaremos, então, com três autores bem atuais: Jenkins, White e Foucault, abrigados sob a rubrica de Pós-Modernismo, que é somente um nome para reunir a reflexão atual sobre a historiografia. Foucault, por exemplo, não gostava de que o classificassem de "pós-moderno". O texto de Jenkins aborda os aspectos fundamentais da epistemologia historiográfica: cientificidade, método, fontes históricas... O fito do autor é mostrar que as bases de sustentação da nossa noção de historiografia são todas de natureza bastante problemática. Não há consenso. Impera o conflito de abordagens e de visões. O mesmo propósito problematizador anima Hayden White, que foca a natureza textual da historiografia. Para ele, o relato histórico é, antes de tudo, um artefato retórico. A sua linguagem é figurada e, longe de ser um meio transparente, é algo que prefigura a realidade histórica focalizada. Do mesmo modo, a historiografia é modelada por enredos oriundos da ficção. White aproxima a historiografia da literatura, para horror dos cientificistas.

Os dois textos de Michel Foucault não versam sobre a natureza narrativa da historiografia. Um dos textos focaliza as noções constituintes do saber histórico usual: causalidade, continuidade, gênese, interpretação. Em lugar de tais conceitos, o autor propõe uma nova forma de se escrever a historiografia e a "batiza" de arqueologia ou genealogia. Contra a noção de causalidade, propõe o conceito de "condições de possibilidade"; em lugar de continuidade, a noção de singularidade; em lugar de gênese, a noção de "irrupção"; em lugar de interpretação, uma "pragmática" da produção dos objetos. Assim procedendo, Foucault também desconstrói a concepção costumeira de historiografia. Oferece a possibilidade de uma outra forma ou modo de se conceber e se escrever a história nos dias de hoje. É significativo o seu legado para a historiografia atual.

A segunda "estação" de nossa "viagem" pelas teorias da história é formada pelos autores da chamada Escola dos Anais, os analistas. Começaremos com Roger Chartier, último rebento da corrente analista. Chartier expõe o formato da chamada História Cultural, enfatizando os seus conceitos básicos: representação e apropriação. Ele mostra os limites da chamada História das Mentalidades, formulada, sobretudo, por Jacques Le Goff.

Lucien Febvre, num texto de fundação, explicita o feitio da "nova" história e traça um perfil da "velha" história.

Um outro momento do nosso trajeto é a discussão de um autor representativo do historicismo: Reginald Collingwood (1889-1943). Os autores dessa escola são, sobretudo, epistemólogos ou metodólogos preocupados em especificar a natureza do saber histórico, em que consiste o seu modo de apreensão peculiar. Para eles, a historiografia é um tipo especial de conhecimento, uma ciência do espírito, distinta das ciências da natureza. O método da historiografia – dizem eles – é a compreensão, ou seja, a elucidação dos sentidos visados pelos agentes. Collingwood destaca os aspectos intelectuais do fazer historiográfico. A seu ver, compreender é repensar o pensamento alheio subjacente aos fatos históricos evocados.

Quanto ao Marxismo, examinaremos textos de Karl Marx (1818-1883) que expõem a chamada "visão materialista da história". Ele considera alguns pontos básicos: o fundamento ontológico da sociedade, a natureza reflexa da consciência, a força motriz da dinâmica histórica, o papel da ideologia e a teleologia.

Por fim, cuidaremos de um autor comumente posto sob a etiqueta de positivista. Falo de Leopold von Ranke (1795-1886), decano da historio grafia científica na Alemanha. Examinaremos um texto de Ranke que versa sobre as relações entre historiografia e política. É uma pequena amostra da vasta produção teórica do autor, tão detratado pelos analistas e marxistas, tão desfigurado por seus inimigos. Abordando tal tema, Ranke nos oferece elementos para apreciar a sua ideia de historiografia. Sua obra evidencia principalmente o quanto é injusto tomá-lo como um empirista ingênuo, como mero catador metódico de fatos. Ao contrário, a ambição da historiografia, para Ranke, é inteligir os fatos; numa palavra, compreendê-los, interpretá-los, transcendê-los.

Conceba essas dez ideias de historiografia como alternativas de escrita da história. Cada uma delas possibilita algumas coisas e interdita outras. Cada uma delas faz "ver" coisas e cega para umas tantas outras. São instrumentos a serviço do pesquisador e não chaves mestras do universo. Apresentar tais teorias ou ideias de historiografia não visa a convertê-lo a esta ou aquela "confissão" ou "fé". Visa, sim, a enriquecer o leque das opções, ampliar o horizonte das ideias sobre historiografia, aumentar as opções para uma escolha pessoal meditada.

É esse o propósito da disciplina que hoje iniciamos. Façamos uma boa viagem.

Aula 1

A HISTORIOGRAFIA SEGUNDO KEITH JENKINS

META

Caracterizar o pensamento historiográfico de Keith Jenkins.

OBJETIVOS

Ao final desta aula, o aluno deverá:

elencar e explicar os principais aspectos do pensamento historiográfico de Keith Jenkins.

INTRODUÇÃO

O texto que discutiremos hoje é de um autor contemporâneo, Keith Jenkins. Ele é professor de história na Inglaterra. O livro do qual se retirou o capítulo foi originalmente publicado em 1991. O propósito do autor é problematizar a natureza do discurso histórico ou da historiografia. Volta a sua atenção para questões fundamentais, a fim de desconstruir a nossa noção costumeira de história e mostrar o quanto a historiografia é, finalmente, relativa ou precária. Não fica pedra sobre pedra. Tudo é problematizado ou relativizado. Ao final, Jenkins mostra como a história é humana, demasiado humana. Um saber problemático, relativo, ligado a poderes em confronto. O autor focaliza os seguintes temas: a noção de verdade, a distinção fato/interpretação, a ideia de imparcialidade, o método empático, o papel das fontes, a noção de causalidade e a distinção ciência/arte.

Como se está vendo, o autor vai ao cerne, ao coração dos problemas historiográficos. Aborda as questões fundamentais da historiografia.

DA VERDADE

Como deve ser entendido o problema da verdade na historiografia?

Esse tópico gira em torno da possibilidade de se conhecer a "verdade do passado". O autor enfoca o assunto considerando: a) as razões da necessidade de certeza; b) o modo como a "noção de verdade" opera no discurso histórico.

a) Conforme Jenkins, nossa necessidade de verdade, nossa busca de certeza decorrem de razões filosóficas. Há influência do platonismo e do cristianismo, pensamentos calçados na ideia de "absolutos", junção entre verdade, justiça e bondade. Do mesmo modo, há influência do racionalismo, isto é, da crença na razão como fundamento da verdade, do bem, do justo. Platonismo, cristianismo e racionalismo se irmanam na busca dos absolutos ou "universais", na "mania da verdade", diria o autor.

Ora, a verdade do discurso é, atualmente, questionada. Os absolutos platônicos não têm fundamentos. A verdade é signo linguístico, é figura retórica. Não há liame seguro entre as palavras e as coisas. Entre a linguagem e o mundo.

A verdade é criada, não é descoberta. É construção, e não constatação.

Assim sendo, o historiador "cria" o seu descobrimento do Brasil, não meramente o constata.

b) Quanto à verdade do discurso histórico, o autor, apoiando-se em Michel Foucault, acredita em que tal noção é somente um conjunto de procedimentos reguladores, ligados às instâncias de poder. A noção de verdade é um recurso para iniciar, regular e findar interpretações. A verdade é uma expressão de poder. É uma expressão de domínio. As interpretações históricas são, no fundo, expressões de poderes em confronto. Predominam as mais poderosas, as ligadas aos fortes, aos dominadores, às instâncias dominantes.

Como uma versão historiográfica se impõe diante das concorrentes? Quem ganha a luta?

Na opinião do autor, o domínio de uma versão decorre da sua maior "objetividade", "cientificidade" ou "abrangência". Resulta do poder ao qual está ligada. Quais as histórias dominantes no Brasil de hoje? Impõe-se a versão ligada às instâncias do poder. A história oficial ou hegemônica num dado momento, numa dada circunstância histórica, é aquela que está ligada a quem manda. Pensemos nas diversas versões sobre a escravidão africana no Brasil ou nas leituras sobre o movimento de 1964. Ou ainda sobre Canudos... Há várias versões em conflito. Algumas delas são apresentadas como "verdadeiras". Como se explica isso?

DOS FATOS E DA INTERPRETAÇÃO

O tópico gira em torno da dicotomia fato/interpretação. De início o autor concorda com a existência de dados históricos objetivos. Ele cita, como exemplo, as datas da Segunda Guerra Mundial e da subida de Margaret Thatcher ao poder. Podemos citar ainda a data do "descobrimento" do Brasil (1500), da morte de Tiradentes. Ninguém discorda delas, há consenso. Todavia – diz o autor – na historiografia o fito não são fatos, mas "significados". Os historiógrafos não se contentam com fatos. Eles querem mais: buscam sentidos. Qual o significado do "Descobrimento do Brasil"? Da "Inconfidência Mineira"? No plano da interpretação, não há consenso. "Não há método que estabeleça significados definitivos", diz Jenkins. Os significados são cambiantes, conflitantes, relativos. Se a visão do "descobrimento" como "invasão" fosse imposta pelo fato, não poderia haver outra visão sobre o evento. É isso que ocorre ? O que você acha disso? A interpretação decorre do fato ou do historiador? O significado de 1964 vem do evento ou vem da interpretação? O fato limita a interpretação? Posso dar ao fato qualquer interpretação? Ou ainda, os fatos já são interpretações, como diz Nietzsche?

Na historiografia, diria o autor, como no jornalismo, impera a controvérsia. Afinal, Ronaldinho sabia ou não que seus parceiros de farra eram travestis?

DA PARCIALIDADE

Via de regra, concebe-se a historiografia como conhecimento imparcial, ciência imparcial. Um dos atributos da ciência seria a imparcialidade ou a objetividade.

Contrariando os partidários da imparcialidade da historiografia, o autor argumenta:

a) A ambição de deixar os "fatos falarem" é falaciosa, pois as fontes são "mudas". Só falam quando instigadas pelo historiador. Ele "tortura" as fontes. Interpreta. Tira-as do silêncio.

b) Toda historiografia é parcial quando confrontada com outra. Imagine um relato do "descobrimento" feito pelos índios, confrontado com o de

Caminha. Ou um relato marxista comparado com um positivista. Pense num relato sobre as Cruzadas do ponto de vista dos árabes... Ou numa história da escravidão africana no Brasil feita por um afrodescendente ou por um neto de senhor de engenho. As histórias são parciais quando confrontadas umas com as outras. No fundo, a ideia de parcialidade é recurso estratégico usado para desqualificar opositores. Parcial é sempre o outro, o inimigo, o concorrente. Acusar de parcial é meio de luta, um recurso no conflito, arma de briga.

DA EMPATIA

Como você sabe, empatia é a capacidade de pôr-se no lugar do outro. É sentir com o outro.

Contra os partidários da empatia, ou seja, contra aqueles que defendem a ideia de "ver o passado do ponto de vista do próprio passado", diz Jenkins:
a) Filosoficamente é impossível "entrar na cabeça" de outras pessoas distantes de nós no tempo e no espaço (mortos). Como "entrar na cabeça" de Cabral, de Tiradentes ou de Dom Pedro II? Por outro lado, empatia implica "tradução" dos outros por mim. Como saber que a "minha tradução" está correta? Como saber quais foram as intenções de Dom Pedro I no Grito do Ipiranga?

Além do mais, toda interpretação implica pressupostos sobre o que é "homem" e seus modos de agir ou comportar-se. Para o autor, o ideal da empatia é, assim, filosoficamente inviável.
b) No plano prático, o exercício da empatia, segundo o autor, enfrenta duas dificuldades ou impossibilidades:
1. Como o historiador pode livrar-se de pressupostos epistemológicos, metodológicos e ideológicos para "pensar" na perspectiva do passado? Como deixar de ser ele mesmo para ver o mundo como o "outro"?
2. Como a empatia é possível se, entre o passado e o historiador, interpõe-se a historiografia, ou seja, o já lido sobre o tema ou assunto? O autor lembra que não vamos ao passado despidos de ideias. Carregamos na bagagem o que já foi lido de outros. Ao ler as fontes gregas antigas, por exemplo, sou fatalmente influenciado por tudo o que já li sobre a Grécia Antiga.

O ideal da empatia, por sua vez decorre, de motivos pedagógicos (personalizar o ensino), filosóficos (influência do idealismo: "toda história é a história do que as pessoas tinham na cabeça") e ideológicos (influência do liberalismo: entender para conviver, universalidade da natureza humana, um "denominador comum" entre os homens). No fundo, todavia, a empatia é filosoficamente e praticamente irrealizável. É um ideal impossível de concretizar-se.

E você acha ser possível pôr-se "na cabeça" do outro? Já tentou pensar como o outro? Já tentou entender o outro? Para o autor, como se vê, a empatia é somente um ideal sem possibilidade de concretização, efetividade. O que você acha disso? Já pensou sobre o assunto?

DAS FONTES PRIMÁRIAS E SECUNDÁRIAS E DAS FONTES E "PROVAS"

Como o título do tópico diz, aqui se focalizará o tema do estatuto das fontes na historiografia. Qual o papel ou peso das fontes na escrita da história? Jenkins toma posição contra aqueles que acreditam que as fontes são fatores decisivos na historiografia. A seu ver, não há fontes "mais profundas". Ele retoma o debate entre E. Carr e E. Elton, a polêmica sobre o papel das fontes na produção histórica. Contra aqueles que encaram os documentos como provas definitivas, Jenkins advoga que elas não são provas, mas indícios a serem decifrados pelo historiador. A iniciativa é sempre do pesquisador. O documento não tem "voz ativa", é subjugado. Problema fundamental: qual a diferença entre prova e indício? A prova é taxativa, é inquestionável, é absoluta, é decisiva. Conforme os objetivistas, o estatuto das fontes na feitura da historiografia é este: as fontes são provas decisivas, taxativas.

O autor pergunta: é assim que os historiadores tratam o seu material? Ou as fontes são indícios decifrados pelos pesquisadores? Podemos ainda dizer, na linha de Jenkins, que a mesma fonte prova coisas distintas para distintos historiadores. Um mesmo documento viabiliza distintas interpretações e significados.

DOS PAREAMENTOS: CAUSALIDADE ETC.

Também nesse tópico, o propósito do autor é problematizar uma noção fundamental na historiografia: a ideia de causalidade ou causa. Jenkins problematiza a noção considerando:

a) A pluralidade de teorias causais no âmbito da explicação histórica: marxismo, estruturalismo, fenomenologia hermenêutica, etc. são correntes que não concebem as mesmas causas para os mesmos fatos históricos. Assim, por exemplo, enquanto um naturalista, como Euclides da Cunha (1866-1909), atribui às raças e ao meio o papel de causas da Guerra dos Canudos (1897), um marxista, como Edmundo Moniz (1911-1997), vê no mesmo fato uma expressão da "luta de classes". Como posso decidir que teoria causal escolho? Como saber? Como escolher? Como decidir? Por que classe é uma noção mais explicativa que meio? A economia é mais poderosa que a cultura?

b) A indefinição temporal e espacial das causas

O autor evidencia o caráter problemático da noção de causalidade na historiografia evocando uma pergunta aparentemente inocente: quais as causas da Revolução Francesa (1789)? Até onde é preciso recuar no tempo e no espaço para explicar o fato? Jenkins mostra que, mesmo no interior de uma única escola, não há critérios universais para decidir a elucidação das causas dos fatos históricos

evocados pelo historiador. Nos termos do autor, "produzir história está longe de ser algo muito rigoroso em termos teóricos". Assim, também o plano da elucidação causal depende das escolhas do historiador, das suas opções condicionadas, posicionadas, calcadas no interesse, no aqui e agora do pesquisador.

Em síntese, a noção de causalidade é problemática tanto pela pluralidade das teorias causais quanto pela indefinição temporal e espacial. Quais seriam as verdadeiras causas da Independência do Brasil? Qual a extensão temporal e espacial delas? Não há consenso entre os especialistas. Um marxista ortodoxo invocará causas econômicas para o fato. Já um culturalista destacará o poder das ideias na eclosão do mesmo fato. O mesmo se pode dizer quanto à abolição da escravidão...

A HISTÓRIA: CIÊNCIA OU ARTE?

Jenkins focaliza aqui o contexto do debate sobre a cientificidade da história. Para ele, a negação do caráter científico da historiografia foi produto de uma manobra dos teóricos burgueses contra as pretensões científicas do marxismo formulado por Karl Marx (1818- 1883). Contra tal radicalização, os historiadores de ofício resistiram atribuindo à historiografia o estatuto de semiciência. Os fatos objetivos limitariam a liberdade artística da criação. Todavia – lembra Jenkins – há muito tempo a distinção arte/ciência não é universal ou eterna. É histórica.

CONCLUSÃO

O autor conclui que
a) a verdade do passado está ligada aos poderes;
b) as interpretações decorrem do historiador;
c) todas as histórias são parciais;
d) a empatia é um método inviável;
e) as fontes são indícios, não provas definitivas;
f) classificar história como arte ou ciência é conjuntural;
g) história não é arte nem ciência: é um discurso de poder.

RESUMO

Como acabamos de ver, Keith Jenkins tem por propósito problematizar as questões fundamentais da historiografia, a fim de desconstruir a nossa noção costumeira de história e mostrar o quanto ela é relativa ou precária. O autor afirma que a noção de verdade do passado é uma construção, e não uma constatação. Tal noção está ligada às instâncias de poder em confronto. Cada interpretação histórica "cria" sua versão do passado, a qual é intitulada "verdade sobre o passado" a fim de legitimar um pensamento e torná-lo dominante. Em seguida, Jenkins opera

uma distinção entre fato e interpretação. Para ele, na historiografia o objetivo não são os fatos, mas os seus sentidos. Estes são relativos, controversos, pois não há significados definitivos. As interpretações decorrem do historiador. Também a ideia de imparcialidade da historiografia é posta como falaciosa. As fontes não "falam", são instigadas pelo historiador a dizer o que este acredita. A parcialidade se evidencia quando se confronta as versões sobre o passado. Sobre o método empático, o autor afirma ser impossível "entrar na cabeça" de outras pessoas distantes de nós no tempo e no espaço (mortos). Como deixar de ser você mesmo para ver o mundo como o "outro"? Como deixar de lado o que já foi lido sobre o assunto estudado? Para Jenkins, o papel das fontes não está em serem provas, mas indícios. Ao ser decifrada pelo historiador, a mesma fonte pode provar coisas distintas. Um mesmo documento viabiliza distintas interpretações e significados. A noção de causalidade é problemática tanto pela pluralidade das teorias causais quanto pela indefinição temporal e espacial. Cada corrente concebe causas diferentes para os fatos. Sua elucidação depende das escolhas do historiador. Por fim, o autor pondera a distinção ciência/arte. Jenkins lembra ainda que, há muito tempo não existe consenso sobre a própria tal distinção. Assim, a classificação da história como arte ou ciência depende da conjuntura. Para o autor, história não é arte nem ciência: é um discurso de poder.

TEXTO BÁSICO

JENKINS, Keith. Algumas perguntas e algumas respostas. A história repensada. São Paulo: Contexto, 2001. p. 53-91.

ATIVIDADES

1. Que nexo há entre verdade e poder?
2. De que modo o platonismo, o cristianismo e o racionalismo explicam a "ânsia da verdade" no Ocidente?
3. Como o autor concebe a relação entre fatos e interpretação?
4. Que argumentos desmentem a ideia de imparcialidade da historiografia?
5. Que razões filosóficas, no entender do autor, demonstram a impossibilidade da empatia na historiografia ou na obra da história?
6. Como os "pressupostos" e a historiografia impossibilitam a realização da "empatia" historiográfica?
7. Qual a posição do autor quanto à questão das fontes históricas?
8. Que aspectos tornam problemática a imputação causal na historiografia?
9. Considerando a questão "historiografia: arte ou ciência?", qual a posição do autor?
10. Na visão de Jenkins, quais são os efeitos políticos do ceticismo por ele professado?

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **História**: A arte de inventar o passado. Bauru: Edusc, 2007.

ALUN, Munslow. **Desconstruindo a História.** Petrópolis: Vozes, 2009.

CARDOSO, Ciro Flamarion. **Um historiador fala de teoria e metodologia**. Bauru: Edusc, 2005.

MALERBA, Jurandir (org.). **A história escrita**. São Paulo: Contexto, 2006.